



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

OFÍCIO-CIRCULAR nº 57/2024/CIJE

Brasília, 29 de julho de 2024.

A Sua Excelência o Senhor
MARCOS ANTÔNIO MATOS DE CARVALHO
Procurador-Geral de Justiça
Ministério Público do Estado de Pernambuco
Rua Imperador Dom Pedro II, nº 473
50010-240 – Recife
pgj@mppe.mp.br

Assunto: Dados detalhados sobre Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente

Sr. Procurador-Geral de Justiça,

Cumprimentando-o, sirvo-me do presente para, na qualidade de Presidente da Comissão da Infância, Juventude e Educação (CIJE), encaminhar a Vossa Excelência dados detalhados obtidos em painel de Business Intelligence do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conadna) e do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), em 29 de julho de 2024, contendo notícia de irregularidade nos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA) de municípios desta Unidade da Federação.

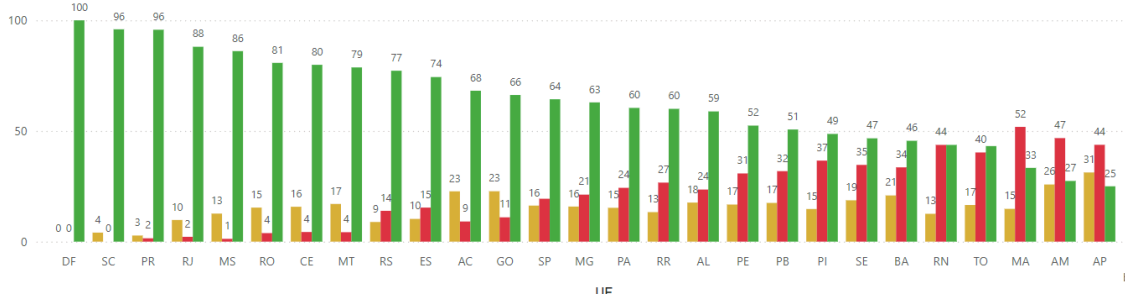
Referidos fundos são de caráter obrigatório e foram criados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990), em seu art. 260-K, para financiar projetos inovadores e complementares de promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, sendo regulamentados pela Resolução n. 137/2010 do Conanda e estando sob responsabilidade e gestão dos Conselhos de Direitos das Crianças e Adolescentes.

Segundo consta do painel, há no país um total de 799 municípios com fundos com registros inconsistentes e 1.157 municípios que não possuem fundos devidamente cadastrados, conforme imagens abaixo:



Comparação Percentual da Situação Fundo por Estado

● Total (%) Inconsistentes ● Total (%) Não Possui ● Total (%) Regularizados



A irregularidade ou inexistência dos fundos impede que pessoas físicas ou jurídicas possam fazer destinações de seus impostos ao FIA, além de prejudicar a destinação de recursos públicos à causa da infância e adolescência, que, em tese, deveria possuir prioridade absoluta.

Considerando o grande número de municípios inconsistentes ou não cadastrados, torna-se imperioso que os órgãos ministeriais adotem providências, como a instauração de procedimentos extrajudiciais para criar e/ou regularizar os fundos municipais.

Para facilitar esse processo, o Governo Federal disponibilizou um passo-a-passo, inclusive com contato telefônico e de e-mail para eventuais dúvidas, que podem ser acessados em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/cadastramento-de-fundos4>

A CIJE publicou, nessa mesma linha, o documento "Orientações sobre Orçamento e Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente", criado para orientar os membros do Ministério Público no tocante ao tema, disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Comissoes/CIJ/2020/Orienta%C3%A7%C3%B5es_sobre_or%C3%A7amento_e_fundos.pdf

A lista com os municípios cujos fundos estão irregulares, atualizada mensalmente, pode ser encontrada em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoibWQ2MwY0N2EtYTQ0Zi00Yzg1LWlwZWl0YzYzMzRiOGIyYmVjIiwidCI6ImZiYTVMtEc4LTNhZjEtNDQyMC05NjZiLWJmNTE2M2U2YjE>

Portanto, sugiro o encaminhamento de cópia deste expediente aos órgãos ministeriais com atribuição na Infância e Juventude do Estado que tenham municípios incluídos na lista disponível no link acima.

Solicito, por oportuno, sejam remetidas em 60 (sessenta) dias informações sobre as providências adotadas no âmbito dessa unidade a partir deste expediente.

Ao ensejo, renovo-lhe votos de estima e consideração e informo que esta Comissão está à disposição para maiores esclarecimentos por meio dos telefones (61) 3366-9286/9269 ou do e-mail cije@cnmp.mp.br.

Atenciosamente,

Fernando da Silva Comin
Conselheiro Nacional do Ministério Público
Presidente da Comissão da Infância, Juventude e Educação



Documento assinado eletronicamente por **Fernando da Silva Comin, Presidente da Comissão de Infância, Juventude e Educação do CNMP**, em 01/08/2024, às 14:02, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 DE NOVENBRO DE 2020, e Portaria CNMP-PRESI Nº 77, DE 8 DE AGOSTO DE 2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cnmp.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1054854** e o código CRC **75C625D9**.